



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenador/a, Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenador/a

Este GT d? continuidade h? um debate iniciado em 2015, que respondia a tr?s distintas ordens de problemas: a dimens?o ?tica da dor, as t?cnicas de governo e a escrita etnogr?fica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes s?o esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articula?es entre t?cnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu vi?s anal?tico ? o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como ?dor?, ?sofrimento?, ?sofrer?; os desafios metodol?gicos ? como fazer etnografia de/em situa?es de sofrimento?; e suas composi?es ?ticas - at? onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaix?o desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condi??o comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribui?es que, independentemente de v?nculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a for?a ?tica produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espa?o ? for?a produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e popula?es govern?veis. E, de outro lado, n?o se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de an?lise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

O Povo do Veneno? Questionando o conceito de suicídio entre povos indígenas

Autoria: Livia Dias Pinto Vitenti

Com certa frequ?ncia inst?ncias do governo brasileiro interpelam ?rg?os respons?veis pelas quest?es referentes aos povos ind?genas sobre o evento do suic?dio. Entretanto, a atribui??o tanto da Funai quanto da Sesai em rela??o ? morte volunt?ria n?o ? um ponto pac?fico. Sendo o tema do suic?dio ind?gena sens?vel e de dif?cil abordagem, principalmente no que diz respeito a concep??es locais de vida e morte, al?m dos conceitos que nos interessam especialmente aqui, seja o de dor e sofrimento, propomos uma an?lise cr?tica do mesmo. Sendo assim, o objetivo da presente comunica??o ? o de propor uma discuss?o em rela??o a representa??o e o entendimento da morte volunt?ria e as a??es de preven??o e interven??o estabelecidas pelos ?rg?os supracitados, principalmente no grupo considerado de recente contato, os Suruwah? . Propomos, portanto, um debate sobre a necessidade de chegarmos a um denominador comum sobre as a??es de preven??o e de interven??o sobre a morte volunt?ria entre os Suruwah? , posto que os mesmos estabelecem um conjunto de reflex?es sobre o autoenvenenamento que n?o compartilhar? do entendimento ocidental sobre o fen?meno do suic?dio. O descontentamento, que geralmente ? o propulsor das causas mortis, ? motivado por diversos motivos: conflitos internos, raiva, situa??es geracionais, entre outros aspectos. Sobre isso, ? importante observar que embora as mortes por envenenamento causem tens?o no interior do grupo e como??o entre os profissionais de sa?de, os Suruwah? manifestam descontentamento ao serem retratados como o povo do veneno, ou seja, aqueles que gostam de se matar por motivos f?teis. Pensando em todas essas quest?es e ainda sobre a explica??o quase universal dada ao gesto de tirar a pr?pria vida, ou seja, a que afirma que todos os suicidas atravessam um per?odo de pena profunda, buscamos questionar e apontar os riscos da imposi??o de um entendimento de sofrimento e de dor, assim como de uma homogeneiza??o das a??es de preven??o e interven??o, operadas por aparatos do Estado, que n?o consideram concep??es locais relacionadas ? no??o de pessoa, a ideia de vida/morte, sa?de/doen?a e a perspectiva da sa?de em povos de recente contato.

DIREITOS HUMANOS E ANTROPOLOGIA EM AÇÃO



31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia
9 a 12 de dezembro de 2018

Brasília - DF www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA

ISBN: 978-85-87942-61-6



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**